



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2013.0000334662

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0011070-63.2008.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que é apelante ROBERTS RICHARDS GOMES RAIMUNDO e é apelada A TRIBUNA DE SANTOS - JORNAL E EDITORA LTDA.

ACORDAM, em 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO EDUARDO RAZUK (Presidente) e CHRISTINE SANTINI.

São Paulo, 11 de junho de 2013.

Luiz Antonio de Godoy
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 26185

APELAÇÃO Nº 0011070-63.2008.8.26.0477 – Praia Grande

APELANTE Roberts Richard Gomes Raimundo

APELADA A Tribuna de Santos – Jornal e Editora Ltda.

JUIZ André Rossi

CERCEAMENTO DE DEFESA – Inocorrência – Desnecessidade de produção de prova de natureza diversa da documental – Preliminar rejeitada.

RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano moral – Ré que divulgou notícia acerca de acidente automobilístico, tendo apontado que o veículo era conduzido pelo autor, vindo a provocar a morte de outro policial militar – Autor que, na verdade, foi o policial militar responsável pelo registro da ocorrência relativa ao incidente – Ré que extrapolou os limites da informação, vez que evidente a negligência com que agiu, não tendo tomado a cautela necessária, de modo a certificar-se de que a informação ali inserida era, de fato, verídica – Dano moral verificado – Indenização devida – Sentença reformada – Ação procedente – Ônus da sucumbência atribuídos à apelada – Recurso provido.

Trata-se de apelação da sentença de fls. 86/90 que julgou improcedente “ação de indenização por danos morais c.c. antecipação de tutela jurisdicional” (fls. 2) ajuizada por Roberts Richards Gomes Raimundo contra A Tribuna de Santos – Jornal e Editora Ltda. Foram carreados ao autor os ônus da sucumbência, respeitada a gratuidade. Inconformado, apelou este, buscando a reforma da sentença. Para tanto, sustentou, preliminarmente, cerceamento de defesa, por ter sido o feito julgado de forma antecipada sem a realização de instrução processual. No mérito alegou que, ao contrário do entendimento do Juiz de Direito, lhe teria causado abalo moral a veiculação de notícia falsa acerca de acidente

automobilístico. Requereu a anulação da sentença para proceder-se à instrução probatória ou sua reforma para julgar-se procedente a ação. Oferecidas contrarrazões, foram os autos remetidos a este Tribunal.

É o relatório, adotado, quanto ao restante, o da sentença apelada.

Inocorreu o alegado cerceamento de defesa, tendo o Juiz de Direito desde logo proferido a sentença, independentemente da produção de outras provas de natureza diversa da documental.

Como lembra Theotonio Negrão, ao analisar os termos do art. 130, do Código de Processo Civil, “*sendo o juiz destinatário da prova, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização*” (Theotonio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, São Paulo, Malheiros, 2000, págs. 217/218, art. 130:1b). Na mesma linha de raciocínio, observa Vicente Greco Filho que deverá o juiz “*impedir que as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias*” (Direito Processual Civil Brasileiro, São Paulo, Saraiva, 1994, vol. I, pág. 234).

Era o caso dos autos, onde, nitidamente, a prova documental já produzida mostrava-se suficiente para esclarecer a matéria trazida a exame, achando-se o feito absolutamente maduro para ser sentenciado.

Nesse sentido pode ser lembrado significativo precedente jurisprudencial: “*Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, inocorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia*” (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 111.249 – GO, 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, v. un., Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, em 24/9/96, DJ de 17/3/97, pág. 7521).

No mérito, contudo, respeitado o entendimento do Juiz de Direito, a sentença merece reforma.

Segundo se observa dos autos, em 16 de junho de 2008, a ré divulgou notícia acerca de acidente automobilístico, tendo apontado que o veículo era

conduzido pelo autor, vindo a provocar a morte de outro policial militar (fls. 14/16 e 54).

Todavia, o apelante foi, na verdade, o policial militar responsável pelo registro da ocorrência relativa ao incidente. O equívoco da informação foi reconhecido pela própria apelada na publicação de seu jornal em 27 de abril de 2009 (fls. 69).

Diante disso, o apelante pretende a condenação da recorrida no pagamento de indenização a título de dano moral, em decorrência de publicação da referida matéria jornalística. Afirmou terem ocorrido danos à sua imagem, vez que, na condição de policial militar rodoviário, ser-lhe-ia ofensiva a notícia divulgada.

É sabido que “*A responsabilidade civil decorrente de abusos perpetrados por meio da imprensa abrange a colisão de dois direitos fundamentais: a liberdade de informação e a tutela dos direitos da personalidade (honra, imagem e vida privada). A atividade jornalística deve ser livre para informar a sociedade acerca de fatos cotidianos de interesse público, em observância ao princípio constitucional do Estado Democrático de Direito; contudo, o direito de informação não é absoluto, vedando-se a divulgação de notícias falaciosas, que exponham indevidamente a intimidade ou acarretem danos à honra e à imagem dos indivíduos, em ofensa ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana*” (REsp. nº 818.764 – ES, 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, v. un., Rel. Min. Jorge Scartezzini, em 15/2/07, DJ de 12/3/07, pág. 250).

Desse modo, verifica-se ter a apelada extrapolado os limites da informação, vez que evidente a negligência com que agiu, não tendo tomado a cautela necessária, de modo a certificar-se de que a informação ali inserida era, de fato, verídica. Assim não procedendo, acabou por expor, em página de jornal com repercussão junto à coletividade, notícia inverídica acerca de acidente de trânsito envolvendo o autor, afetando-lhe a paz e a tranquilidade.

Como ensina José Afonso da Silva, “*A liberdade de informação não é*

*simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa, no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direitos dos indivíduos a uma **informação correta e imparcial**. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. A eles se reconhece o direito de informar ao público os acontecimentos e idéias, mas sobre eles incide o dever de informar à coletividade tais acontecimentos e idéias objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original; do contrário se terá não informação, mas deformação. Os jornalistas e as empresas jornalísticas reclamam mais seu direito do que cumprem seus deveres./ Exatamente porque a imprensa escrita, falada e televisada constitui poderoso instrumento de formação da opinião pública (...) é que se adota, hoje, a idéia de que ela desempenha uma função social consistente, em primeiro lugar, em 'expressar às autoridades constituídas o pensamento e a vontade popular, colocando-se quase como um quarto Poder, ao lado do Legislativo, do Executivo e do Jurisdicional' – no dizer de Foderato. É que ela 'constitui uma defesa contra todo excesso de poder e um forte controle sobre a atividade político-administrativa e sobre não poucas manifestações ou abusos de relevante importância para a coletividade'. Em segundo lugar, aquela função consiste em assegurar a expansão da liberdade humana” (Comentário Contextual à Constituição, São Paulo, Malheiros, 2009, págs. 826, art. 220:5).*

Não prospera o argumento de que “a matéria jornalística apenas e tão-somente reproduziu aquilo que estava no boletim de ocorrência” (fls. 112). O documento de fls. 11/12 não é “confuso” como pretende fazer crer a apelada, sendo possível dele compreender que o autor foi o responsável pelo atendimento da ocorrência de trânsito, e não o condutor do veículo envolvido.

Presente, portanto, o nexo causal entre o dano sofrido pelo apelante e a conduta, no mínimo, inconsequente da recorrida, deve esta responder por seus atos,

até mesmo para que semelhantes práticas injustificáveis e desrespeitosas não se repitam.

No tocante à fixação da indenização, não é demais ressaltar que, em 30 de abril de 2009, foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, tendo sido então declarada a não recepção da Lei nº 5.250/1967 (Lei de Imprensa), em sua integralidade, pela atual Constituição Federal.

De qualquer forma, antes mesmo de tal manifestação, já era pacífico o entendimento segundo o qual *“A indenização por dano moral não está sujeita ao 'tarifamento' previsto na Lei de Imprensa após o advento da Constituição Federal de 1988, quando passou a vigor um sistema aberto e ilimitado de indenização por dano moral. 'Toda limitação, prévia e abstrata, ao valor da indenização por dano moral, objeto de juízo de equidade, é incompatível com o alcance da indenizabilidade irrestrita assegurada pela atual Constituição da República. Por isso, já não vige o disposto no artigo 52 da Lei de Imprensa, o qual não foi recepcionado pelo ordenamento jurídico vigente' (TJSP – 2ª C. Dir Privado – EInfrs. 219.954-1 – Rel. Cezar Peluso – JTJ-LEX 189/237)”* (Apelação Cível com Revisão nº 211.329-4/0-00 – Bauru, 6ª Câmara “A” de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. un., Relª. Desª. Maria Cristina Cotrofe Biasi, em 19/7/06).

Tenha-se em mente que *“A indenização, em caso de danos morais, não visa reparar, no sentido literal, a dor, a alegria, a honra, a tristeza ou a humilhação; são valores inestimáveis, mas isso não impede que seja precisado um valor compensatório, que amenize o respectivo dano, com base em alguns elementos como a gravidade objetiva do dano, a personalidade da vítima, sua situação familiar e social, a gravidade da falta, ou mesmo a condição econômica das partes”* (REsp. nº 239.973 – RN, 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, v. un., Rel. Min. Edson Vidigal, em 16/5/00, DJ de 12/6/00, pág. 129).

Desse modo, dadas as circunstâncias do caso, fixa-se a indenização em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

R\$ 10.000,00, quantia que bem observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando-se, ademais, o enriquecimento sem causa. Com efeito, *“À múnua de critérios objetivos seguros para a fixação da indenização, têm-se a doutrina e jurisprudência da equação compensação-repreensão, ou seja, o valor arbitrado deve ser suficiente tanto para compensar o sofrimento da vítima (sem representar um enriquecimento sem causa em favor dela), quando para atuar, em relação ao responsável, como fator de inibição de conduta culposa futura”* (Apelação Cível nº 58.788-4 - São Paulo, 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. un., Rel. Des. Antônio Carlos Marcato, em 11/2/99). Também já foi decidido que, *“na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível sócio-econômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso”* (REsp. nº 145.358 - MG, 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, v. un., Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, em 29/10/98, DJ de 1º/3/99, pág. 325).

Observa-se que são devidos juros de mora, visto que *“Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissa o pedido inicial ou a condenação”* (Súmula 254 do Supremo Tribunal Federal), contados a partir do fato ilícito (*“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”* – Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça). No que diz respeito à correção monetária, deve ser observada a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça (*“A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”*).

Assim, não se sustenta a sentença apelada, razão pela qual é julgada procedente a ação nos termos acima indicados. Responderá a apelada integralmente por custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sendo estes fixados, nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, em 20% do valor da condenação.

Nessas circunstâncias, dá-se provimento ao recurso.

LUIZ ANTONIO DE GODOY
Relator